

Estudo Técnico Preliminar 17/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08059.000308/2024-77

2. Descrição da necessidade

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, para atender as Unidades de criminalística da Polícia Federal que não tiveram suas demandas atendidas no Pregão Eletrônico 05/2023-DITEC/PF (08201.000891/2019-68).

2.2. A contratação está amparada no **Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018** e se justifica-se em decorrência das seguintes situações:

2.2.1. A Polícia Federal tem como uma de suas competências, definida no item IV, § 1º do artigo 144 da Constituição Federal, “exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União”, além disso o Código de Processo Penal (CPP) dispõe em seu art. 155 que “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Conforme o art. 158 “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.”, e o § único do art. 160 “O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.” Portanto, há uma obrigatoriedade de se produzir o Laudo pericial dentro deste prazo, mas na maioria das vezes não é cumprido devido a atual estrutura pericial

2.2.2. O cumprimento desse dever, dentre outras atribuições, envolve o trabalho pericial criminal federal, competência exclusiva da Polícia Federal, para elucidação de crimes, promovendo a justiça para toda a sociedade brasileira.

2.2.3. A grande demanda de solicitações periciais, numericamente desproporcionais à entrada de novos Peritos Criminais Federais (PCFs), em muitas áreas, tem causado um descompasso temporal entre o pedido e o seu efetivo atendimento. Desta forma, há um óbice ao cumprimento do prazo legal estabelecido no parágrafo único do artigo 160 do CPP.

2.2.4. A elaboração de um laudo pericial requer do PCF total envolvimento, desde a realização de tarefas mais simples, que visam criar o ambiente e as condições adequadas ao exame pericial propriamente dito, até a sua finalização, com a materialização do delito, através do laudo pericial.

2.2.5. Determinados exames periciais exigem maior tempo e dedicação na preparação do ambiente que na execução do exame pericial em si. Assim, o Perito Criminal acaba se envolvendo em atividades de pequena complexidade, além daquelas que somente ele, por sua capacidade técnica, formação e atribuições legais, pode desenvolver. Tal situação vem ocasionando morosidade no atendimento de parte das requisições e, em alguns casos, inclusive, reclamações por parte de autoridades requisitantes. Deste modo, estas atividades, acessórias à execução dos exames periciais, que absorvem grande parte do tempo de trabalho do PCF, poderiam ser realizadas por profissionais de nível médio, com formação técnica ou auxiliar, sob supervisão do Perito.

2.2.6. As atividades a serem desenvolvidas pelos postos de trabalho contemplados nos serviços objeto deste termo de referência não correspondem a nenhum cargo da PF. Destaca-se que o Decreto nº 7.164, de 29 de abril de 2010, colocou em extinção diversos cargos de nível médio e auxiliar da estrutura da PF, dentre eles os cargos de Técnico em Laboratório e Técnico em Contabilidade.

2.2.7. Até o advento da **Lei 13.467/2017**, que dispõe, entre outras matérias, das relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, a terceirização era admitida pela doutrina e jurisprudência para serviços meramente instrumentais, tais como: limpeza, segurança, transporte e alimentação, as chamadas atividades-meio. Atualmente, a nova lei permite a terceirização de qualquer tipo de atividade, ligadas ao objeto final ou consideradas complementares.

2.2.8. Com a contratação dos serviços de apoio técnico ora pleiteados, para auxiliar a perícia em atividades acessórias aos exames periciais, seria possível aumentar a produtividade de algumas áreas da criminalística, tendo como consequência imediata a otimização dos recursos na elaboração do laudo pericial e economicidade para a Administração e um maior cumprimento dos prazos legais estabelecidos, considerando as metas estratégicas estabelecidas.

2.2.9. Destaca-se, ainda, que pela natureza do serviço de apoio à perícia, não é viável sua contratação por outra unidade de medida que não o posto de trabalho, visto que não há como definir quantitativamente o resultado da contratação pelo tipo de serviço que é executado na elaboração dos laudos periciais, ou seja, apesar de ser possível quantificar a demanda por laudos, o prazo de elaboração e a aplicação de mão-de-obra em cada laudo elaborado não é uniforme, tanto pelo grau de complexidade envolvido em cada demanda, como pelas características do fato a ser examinado, nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação por postos de trabalho, em conformidade com a **Instrução Normativa (IN) 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP)**.

2.2.10. A contratação tem como objetivo prover as áreas de perícia de apoio técnico em **nível médio**, a fim de possibilitar uma melhoria na tempestividade da elaboração dos laudos periciais no âmbito do Instituto Nacional de Criminalística/DITEC e de unidades descentralizadas com demanda mais elevada.

2.2.11. Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços de auxiliar de laboratório de perícias forenses que, por sua vez, encontra amparo legal do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, na Portaria 443/2018-MPOG e na **IN 05/2017-SEGES/MP** e suas atualizações.

2.3. Por tratar-se de prestação de serviços com alocação de postos de trabalho, apesar das especificidades dos referidos postos, entendemos que podem ser enquadrados como serviços comuns.

2.4. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

2.5. Ressalte-se que, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se visa a contratar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILOG/DITEC/PF	WALVERNACK BESERRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

4.1.1. Requisitos para Serviço Continuado

4.1.1.1. Os empregados da contratada deverão ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

4.1.1.2. A disposição da mão de obra deverá ser de 40/44 (quarenta ou quarenta e quatro) horas semanais, a depender da Convenção Coletiva de trabalho a que a Empresa estiver vinculada, no período diurno de segunda a sexta-feira.

4.1.2. Requisitos Temporais – vigência do contrato:

4.1.2.1. Os objetos da contratação são 12 (doze) postos de trabalho distribuídos em quatro Estados da Federação para cinco Unidades de Gestão (UGs) diferentes. Os postos serão distribuídos da seguinte forma: 01 (um) posto para a UG 200346; 02 (dois) postos para a UG 200386; 02 (dois) postos para a UG 200364; 03 (três) postos para a UG 200366 e 04 (quatro) postos para a UG 200354.

4.1.2.2. Como são poucos postos a serem contratados, para estímulo da competitividade e economia de escala, a vigência do contrato deverá ser de 24

(vinte e quatro) meses, prorrogáveis, limitada a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, a contar da data da assinatura do contrato e a critério da administração. Essa vigência do contrato mais dilatada permitirá que as empresas vencedoras do certame possam ofertar melhores propostas contando com tempo necessário para obter retorno sobre o investimento alocado no contrato e, ainda, com expectativa de renovação contratual por até 10 (dez) anos. Além disso, um contrato com vigência mais delongada, reduz os custos internos com renovações e aditivos.

4.1.3. Requisitos de qualificação técnica:

- a) Atestado(s) ou Certidão(es) de comprovação de aptidão técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie que a licitante executou ou executa serviços pertinentes (serviços de fornecimento de mão de obra) e compatíveis com o objeto da licitação devendo o quantitativo apresentado no(s) atestado(s) ser de no mínimo 01(um) posto por 12 (doze) meses. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica se justifica como comprovante de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.
- b) A escolaridade mínima (nível médio) de cada profissional deverá ser comprovada pela Contratante, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.
- c) Registro no **Conselho Regional de Química, de Contabilidade ou outro** necessário para exercer a profissão.
- d) Para preenchimento dos postos de trabalho a CONTRATANTE realizará a investigação social de todos os futuros contratados, conforme determina a **IN 175-DG/2020**.
- e) O padrão mínimo de qualidade da prestação dos serviços serão avaliados conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo do Termo de Referência.

4.1.4. Requisitos de qualificação econômica:

- a) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) Com Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

c) Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 **OU** Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

d) Patrimônio Líquido (PL) não inferior a 1/12 da declaração de contratos.

4.1.5. Requisitos de Subcontratação

4.1.5.1. Não será admitida a subcontratação do serviço.

4.1.6. Requisitos de Garantia Contratual

4.1.6.1. Prestação de garantia no valor de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.

4.1.7. Requisitos de Participação

4.1.7.1. Considerando o valor e o tipo de serviço a ser contratado, os itens não terão participação exclusiva de ME/EPP, conforme o artigo 6 do Decreto nº 8.538/2015. Considerar-se-á apenas o critério de desempate, tendo em vista que o sistema de compras do Governo utiliza o procedimento automaticamente nos termos do Art. 5º do Decreto nº 8.538/2015.

4.1.7.2. Trata-se de uma contratação de natureza comum, não se tratando de bem ou serviço de alta complexidade ou de grande vulto, desse modo, não será permitida a participação de **consórcios e/ou cooperativas**.

4.1.8. Requisitos de Transição Contratual

4.1.8.1. Não se aplica a necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que o serviço pleiteado se tratar de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findado o contrato.

4.1.9. Requisitos de Julgamento

4.1.9.1. O julgamento adotado será o de menor preço.

4.1.10. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.10.1. A empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

4.1.10.1.1. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

4.1.10.1.2. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.10.1.3. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.10.2. A contratada fica obrigada a orientar o colaborador no início do contrato sobre maneiras eficientes de reduzir o consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, em especial os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.10.3. Os funcionários devem ser orientados, para fins de coleta seletiva ou logística reversa, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

4.1.10.3.1. Caberá a Contratada:

- a) Implementar os programas de sustentabilidade elaborados pelo Contratante.
- b) Dar preferência para materiais de origem local.
- c) Preferencialmente utilizar mão de obra local.
- d) Orientar e treinar o trabalhador sobre segurança no trabalho e quanto ao adequado uso, guarda e conservação dos equipamentos de proteção.

e) A Contratada deverá promover treinamentos e palestras no intuito de conscientizar seus colaboradores, conforme obrigação legal e riscos identificados.

4.1.11. Requisitos de Padronização

4.1.11.1. A presente demanda: mão de obra terceirizada, ainda não possui elementos de padronização catalogados.

4.1.12. Requisitos Gerais

4.1.12.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

4.1.12.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.1.12.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.12.4. Os requisitos em tela não excluem outros previstos em legislação específica, atos normativos, cadernos técnicos ou equivalentes, que constarão no edital e no termo de referência ou poderão ser exigidos a qualquer tempo.

4.1.12.1.5. Por todo o exposto e exigências, os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de fornecimento de mão de obras são:

- O contrato por eventos.
- O contrato por postos.
- Contrato por hora.

5.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado continuado dado que as atividades que se visa a contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.3. O perfil da demanda das Unidades de criminalísticas exige que o serviço seja prestado com fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva, conforme suas Convenções Coletivas de Trabalho, com a carga distribuídas de segunda a sexta-feira, que são os dias úteis. Nas localidades onde não há Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) a carga horária será de 40 ou 44 horas semanais.

5.4. Não seria razoável que o serviço fosse pela sistemática de acionamentos por evento ou por hora, uma vez que há contínua necessidade de desses serviços nessas localidades determinadas.

5.5. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração, a contratação de empresa especializada na terceirização dos serviços de auxiliar de laboratório de perícias forenses para atender as Unidades de criminalística da PF

5.6. Definida essa linha de atuação, é necessário proceder ao levantamento de preços dos insumos a fim de construir o valor de referência do serviço. Em observância ao disposto na IN SEGES/ME n.º 65/2021 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

- **Convenção Coletiva de Trabalho das Categorias**
- **Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços**

5.7. Saliente-se por oportuno que algumas categorias em quase todas as localidades não estão expressamente registradas nas CCT's. Desse modo, será necessário o ajustamento equiparado das atribuições com outra categoria para garantir os benefícios constantes das CCT's dos estados. Ainda nessa linha de raciocínio, deve-se constar no Termo de Referência, que as empresas interessadas poderão utilizar como CCT aquele que **abrange a atividade preponderante da empresa**.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços a serem contratados são de natureza continuada de auxiliar de laboratório de perícias forenses, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadram-se na classificação de **serviços comuns** devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos e empresas privadas, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

6.2. A prestação se dará de segunda a sexta-feira, no período diurno, com carga horária semanal de 40 ou 44 horas semanais, conforme estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) adotada.

6.3. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica, conforme item 4, se justifica como prova de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

6.4. Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

6.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

6.6. Caso seja adotada a modalidade de seguro garantia, deverá se atentar para as seguintes recomendações: 1. A cobertura não poderá ser de reembolso. 2. Não deverá ser condicionada a condenação subsidiária da União nos processos trabalhistas. 3. Não deverá ser condicionada ao trânsito em julgado da ação.

6.7. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

6.8. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.10. Após a homologação do certame, a empresa que se sagrar vencedora será convocada para assinar o contrato conforme previsão contida no **TERMO DE REFERÊNCIA** e em seus anexos.

6.11. A prestação de serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

6.11.1. Atribuições:

- Colaborar, com os Peritos Criminais Federais no planejamento e execução de atividades relacionadas a exames laboratoriais, pesquisas e capacitações, dentro do campo da ciência em que estiver envolvido.
- Preparar, instalar, manipular, controlar e armazenar materiais e equipamentos próprios de laboratórios, bem como conhecer e manipular reagentes, solventes, ferramentas e instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos, necessários para o desenvolvimento do trabalho.
- Auxiliar, sob orientação de Peritos Criminais Federais, a padronização e desenvolvimento de técnicas laboratoriais, colaborando na análise de resultados dos exames.
- Organizar e controlar os estoques dos almoxarifados da área de atuação.
- Regular, controlar e operar os aparelhos de acordo com os tipos de exames solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho.
- Executar o tratamento e descarte de resíduos, solventes e agrotóxicos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicados por profissionais da área.
- Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- Receber, coletar, preparar, conferir e distribuir materiais, procedendo aos registros e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar exames periciais, pesquisas e capacitações.

- Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, abrangendo os métodos, materiais, equipamentos e resultados alcançados.
- Participar da elaboração de manuais de procedimentos para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais e de experimentos.
- Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos pertinentes à sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados.
- Desenvolver suas atividades, utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho.
- Zelar pela guarda, conservação e manutenção dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
- Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor.
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;
- Manipular materiais de uso específico de sua área de atuação, mantendo a limpeza dos equipamentos, da área física e dos materiais de laboratório necessários para o desenvolvimento das atividades periciais, pesquisas e capacitações.
- Auxiliar e executar atividades relacionadas ao Sistema de Gestão de Qualidade dos laboratórios.
- Executar atividades administrativas, como acesso e movimentação de documentos e processos da Polícia Federal, auxiliando na sua tramitação.
- Executar e apoiar as atividades de logística da DITEC/PF, tais como a elaboração e acompanhamento de processos de aquisições e contratações de serviços, conforme as necessidades dos laboratórios.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
CBO 3511-05	<p>Descrição Sumária</p> <p>Realizam atividades inerentes à contabilidade em empresas, órgãos governamentais e outras instituições públicas e privadas. para tanto, constituem e regularizam empresa, identificam documentos e informações, atendem à fiscalização e procedem consultoria empresarial. executam a contabilidade geral, operacionalizam a contabilidade de custos e efetuam contabilidade gerencial, administram o departamento pessoal e realizam controle patrimonial.</p> <p>Formação e Experiência</p> <p>O exercício dessas ocupações requer curso técnico em contabilidade (nível médio). o exercício pleno das atividades ocorre após quatro anos de experiência. a(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos</p>

<p>Técnico Em Contabilidade</p>	<p>termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Trabalham em escritórios de contabilidade, em departamentos de contabilidade de empresas agrícolas, comerciais, industriais e de serviços e em órgãos governamentais, como estatutários, empregados assalariados ou como autônomos (consultor contábil). O trabalho é presencial ou a distância; pode ser realizado de forma individual sem supervisão, ou em equipe, sob supervisão. os profissionais trabalham em ambiente fechado, no período diurno. o chefe de contabilidade e o técnico de contabilidade permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis e trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse constante.</p>
<p>CBO 3212-10</p> <p>TÉCNICO AMBIENTAL</p>	<p>Descrição Sumária</p> <p>Supervisionam, execução de atividades florestais, desde a construção de viveiros florestais e infraestrutura, produção de mudas e colheita florestal até o manejo de florestas nativas e comerciais; inventariam florestas, planejam atividades florestais; elaboram documentos técnicos. administram unidades de conservação e de produção, atuam na preservação e conservação ambiental; fiscalizam e monitoram fauna e flora; ministram treinamentos e podem participar de pesquisas.</p> <p>Formação e Experiência</p> <p>O acesso a essas ocupações requer curso técnico florestal ou curso pós-técnico florestal, de nível médio. trabalham em equipe multidisciplinar, sob supervisão ocasional de engenheiros florestais e afins. o pleno exercício da atividade é atingido após experiência profissional de um a dois anos na área.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Atuam em instituições públicas e privadas ligadas a atividades florestais, empresas de fabricação de produtos de madeira, indústrias de papel e celulose, instituições de pesquisas e desenvolvimento, reservas ecológicas e indústrias de silvicultura e exploração florestal. técnicas avançadas de mapeamento, possibilitadas pelo sistema de posicionamento global (gps) têm facilitado e agilizado a identificação de eventos a fiscalizar, ampliando o mercado de trabalho. Trabalham a</p>

	<p>céu aberto e em ambiente fechado. São assalariados, com carteira assinada. atuam sob condições favoráveis de trabalho. Em algumas atividades, podem estar sujeitos a ruídos e material tóxico.</p>
CBO 3111-05 TÉCNICO EM QUÍMICA	<p>Descrição Sumária</p> <p>Executam ensaios físico-químicos, participam do desenvolvimento de produtos e processos, da definição ou reestruturação das instalações industriais; supervisionam operação de processos químicos e operações unitárias de laboratório e de produção, operam máquinas e/ou equipamentos e instalações produtivas, em conformidade com as normas de qualidade, de boas práticas de manufatura, de biossegurança e controle do meio ambiente. Interpretam manuais, elaboram documentação técnica rotineira e de registros legais. podem ministrar programas de ações educativas e prestar assistência técnica. Todas as atividades são desenvolvidas conforme os limites de responsabilidade técnica previstos em lei.</p> <p>Formação e Experiência</p> <p>Para o exercício dessas ocupações requer-se formação técnica profissionalizante de nível médio em habilitações como técnico em química, técnico em celulose e papel, técnico químico em curtimento e couro e outros cursos afins, com núcleo formativo em química e registro profissional no conselho competente. a formação generalista é mesclada com um enfoque especialista no qual o técnico se especializa no processo em que atua. Requer-se raciocínio sintético e analítico com competência para intervenções rápidas e apropriadas para o seu dia a dia no trabalho, principalmente em situações de risco. A atuação como técnico titular demanda, pelo menos, um ano de experiência na área.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Os técnicos químicos são empregados assalariados, com carteira assinada, que trabalham em indústrias químicas, petroquímicas, de açúcar e álcool, fármacos, alimentos, bebidas, papel e celulose, fertilizantes, tintas e vernizes, cosméticos e perfumes, materiais de construção, plásticos, refratários e cerâmicos. o trabalho é realizado em equipe e recebem supervisão ocasional. algumas das atividades exercidas por estes profissionais podem estar sujeitas a ruídos, poeira, gases, vapores e material tóxico.</p>

<p>CBO 9144-05</p> <p>TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS</p>	<p>Descrição Sumária</p> <p>Elaboram planos de manutenção; realizam manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores. substituem peças, reparam e testam desempenho de componentes e sistemas de veículos. trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente.</p> <p>Formação e Experiência</p> <p>Para o exercício dessas atividades requer-se ensino fundamental completo e curso profissionalizante em mecânica de manutenção de veículos automotores superior a quatrocentas horas/aula e cursos básicos de noções de eletricidade e eletrônica. o pleno exercício das atividades ocorre após três ou quatro anos de experiência profissional (is) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Trabalham em empresas de transporte terrestre, de venda, manutenção e reparo de veículos, de aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, dentre outras. São empregados com registro em carteira. geralmente executam o trabalho de forma individual, sob supervisão ocasional. Trabalham em locais fechados ou abertos, em horários diurnos, em rodízio de turnos e em horários irregulares. algumas das atividades são executadas em posições desconfortáveis, com exposição a ruídos e a materiais tóxicos.</p>
	<p>Descrição Sumária</p> <p>Elaboram planos de manutenção; realizam manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores. substituem peças, reparam e testam desempenho de componentes e sistemas de veículos. trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente.</p> <p>Formação e Experiência</p>

<p>CBO 9144-05</p> <p>TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores</p>	<p>Para o exercício dessas atividades requer-se ensino fundamental completo e curso profissionalizante em mecânica de manutenção de veículos automotores superior a quatrocentas horas/aula e cursos básicos de noções de eletricidade e eletrônica. o pleno exercício das atividades ocorre após três ou quatro anos de experiência profissional (is) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Trabalham em empresas de transporte terrestre, de venda, manutenção e reparo de veículos, de aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, dentre outras. São empregados com registro em carteira. geralmente executam o trabalho de forma individual, sob supervisão ocasional. Trabalham em locais fechados ou abertos, em horários diurnos, em rodízio de turnos e em horários irregulares. algumas das atividades são executadas em posições desconfortáveis, com exposição a ruídos e a materiais tóxicos.</p>
--	---

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O Documento de Formalização da Demanda estipulou 12 (doze) postos de trabalhos distribuídos em 11 (onze) itens, como sendo a quantidade a ser licitada e contratada. Essas quantidades são as mínimas necessárias para atender cada localidade, e estavam previstas para serem contratadas no Pregão Eletrônico 05/2023-DITEC/PF. Entretanto, dos 50 (cinquenta) itens, apenas 39 (trinta e nove) itens tiveram êxito, sendo 11 (onze) itens cancelados no julgamento. E esses 11 (onze) itens cancelados é que serão licitados na presente demanda.

7.2. A quantidade estimada visa aumentar a produtividade de algumas áreas da criminalística, tendo como consequência imediata a otimização dos recursos na elaboração do laudo pericial e economicidade para a Administração e um maior cumprimento dos prazos legais estabelecidos, considerando as metas estratégicas estabelecidas.

7.3. Apenas em Santarém/PA, devido a demanda pericial da localidade na área ambiental, foram estimados 02 (dois) postos de Técnico em Meio Ambiente. Nas demais localidades será disponibilizado apenas 01 (um) posto por área de perícia.

7.4. Os 12 (doze) postos de trabalho com dedicação exclusiva serão distribuídos nas seguintes localidades:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES	CATSER	LOCALIDADE	UASG	QUANTIDADE
	1	TÉCNICO CONTABILIDADE (CBO 3511-05)	25631	JUAZEIRO/BA	200346 - SR/PF/BA	1
	2	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE (CBO 3212-10)	25631	Santarém/PA	200386 - SR/PF/PA	2
01 MS	3	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	18830	DOURADOS /MS	200354 - SR/PF/MS	1
	4	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	DOURADOS /MS	200354 - SR/PF/MS	1
	5	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	Ponta Porã/MS	200354 - SR/PF/MS	1
	6	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	Ponta Porã/MS	200354 - SR/PF/MS	1
02 PR	7	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1
	8	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1
	9	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1

03 FOZ /PR	10	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1
	11	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	18830	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1
TOTAL DE POSTOS						12

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.283.137,77

8.1. A base da composição dos preços de serviços de terceirização é o custo direto da mão de obra alocada nos postos de trabalho acrescidos dos custos indiretos, da tributação sobre o faturamento e do lucro da empresa. Os custos diretos incluem, essencialmente: a remuneração dos postos, os adicionais, os encargos sociais, os benefícios obrigatórios definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho, a provisão para a rescisão de profissionais e os custos com a reposição de profissionais ausentes. Todos esses custos são detalhados por meio de planilhas anexas às propostas de preços das licitantes vencedoras dos pregões.

8.2. Destaca-se que o valor a ser considerado para efeito de comparação e composição da pesquisa de preços é o valor do posto de trabalho e não do item da licitação, visto que existem licitações em que o item licitado contempla todos os postos e até mesmo postos de diversas categorias de empregados o que inviabilizaria qualquer tipo de comparação.

8.3. O valor apurado engloba os insumos, salários e demais benefícios das CCTs, tributos, custos indiretos e lucros, baseando-se nos seguintes elementos:

8.4. Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho dos serviços de terceirização de mão-de-obra, utilizados para inclusão dos benefícios diários e mensais tais como: Vale Transporte, Vale Alimentação, Auxílio Saúde, entre outros. Optou-se por utilizar as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho: **SINDCONT 2023/BA; SINTRA QUÍMICA 2023/MS; SINTICOP 2023/MS; CCT/2024/SIND. TRAB. IND. MET. MAQ. MEC MAT. ELETR. DE VEIC. AUTOMOTORES 2023/PR; CCT/SINDFAR/PR/2023.** As CCTs foram obtidas por meio do Sistema Mediador (<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>) para cada uma das 06 (seis) cidades e 04 (quatro) Estados onde serão alocados os postos de trabalho, em virtude de não se ter localizado sindicatos específicos para as categorias licitadas em todas as localidades. Destaca-se que no momento da licitação, bem como quando da elaboração do Edital e do Termo de Referência, deverá haver regramento que obrigue as

empresas a vincular sua proposta à convenção coletiva a qual a empresa estará efetivamente submetida, a fim de garantir fidedignidade dos valores contratados e aos efetivos custos do serviço;

8.5. Na localidade onde não havia CCT ou ACT o valor salarial foi definido conforme a média dos salários das categorias funcionais de mesmo CBO's obtidos no [sítio salário.com.br](https://www.salario.com.br/) (<https://www.salario.com.br/>) sítio esse que utiliza pesquisas junto a "dados oficiais divulgados do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web pela Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE)" e que permite a consulta de médias salariais por CBO e por localidade em três níveis: cidade, Unidade da Federação e valor referencial nacional.

8.6. A Planilha de Custos e Formação de Preços usada para estimar o valor da contratação é baseada, com algumas alterações, na indicada no Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constante do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos>).

8.7. Também podem ser observadas o percentual do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que varia de 1 a 3% (Submódulo 2.2), dependendo da Empresa, bem como no **Módulo 06** (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO), uma vez que nos Custos Indiretos a Administração usa o percentual de 6%, podendo a empresa diminuir o percentual por sua conta e risco, sendo a mesma coisa para o Lucro, onde a Administração usa o percentual de 6,79% e as licitantes podem diminuir de acordo com a sua política interna.

8.8. Ainda no **Módulo 06** (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO) a Administração usa as alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%). Entretanto, as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS pode reduzir esses percentuais para até o mínimo de 0,65% para o PIS e de 3% para o COFINS, conforme a média dos últimos 12 meses.

8.9. O detalhamento de cada um dos custos de salários, encargos, benefícios oriundos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, custos indiretos, tributação e lucro constam da Planilha de Custo e Formação de Preços (**em anexo**) e toda a documentação suporte (convenções coletivas utilizadas, consulta na internet e mesmo as planilhas em Excel contendo as fórmulas utilizadas para cálculo desses custos e formação do preço constam dos autos.

8.10. A viabilidade de utilização desses dados e valores apurados está no fato de que o salário é a principal variável na composição dos preços de postos de trabalhos de serviços de terceirização, uma vez que os encargos sociais e a tributação sobre o faturamento são previsões legais relativamente "fixas" e resultam, em última análise, da simples aplicação de percentuais sobre o salário; assim também, os demais custos tem relevância menor ou refletem estatísticas regionais de informações trabalhistas.

8.11. Para a composição dos custos referente aos serviços, devem ser atendidas as seguintes necessidades:

- salários dos terceirizados, conforme convenções coletivas e média salarial de mercado;
- encargos previdenciários (GPS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e outras contribuições;
- benefícios anuais (13º salário, férias, adicional de férias)

- benefícios mensais e diários (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguro de vida, invalidez e funeral, plano de assistência médica, etc.)
- adicional de insalubridade, quando houver;
- adicional de periculosidade, quando houver;
- taxa de administração para os custos operacionais;
- reposição de profissional durante ausências legais (férias, licenças, acidente de trabalho, etc).
- exames médicos admissionais;
- impostos para faturamento aplicado a um único CNPJ (PIS, COFINS e ISS);
- modalidade de contratação semi provisionado (valores pagos mensalmente já contempla provisão para pagamento de 13º salário e férias);
- provisão para rescisão: estimativa de 6% dos empregados serem substituídos por ano ou não provisão para rescisões - Caso a Contratante decida em devolver algum colaborador posteriormente, o custo das verbas rescisórias será cobrado quando do evento e com um único pagamento.
- Não há viagens estimadas, portanto não há necessidade de prever custos com despesas de viagens, como transporte, hospedagem e alimentação, e se houver, será custeada pela unidade de lotação do técnico.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES	CATSER	LOCALIDADE	UASG	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
1	TÉCNICO CONTABILIDADE (CBO 3511-05)	25631	JUAZEIRO /BA	200346 - SR/PF/BA	1	R\$ 4.267,38	R\$ 4.267,38	R\$ 102.417,17
2	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE (CBO 3212-10)	25631	Santarém/PA	200386 - SR/PF/PA	2	R\$ 8.998,80	R\$ 17.997,60	R\$ 431.942,40
3	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	18830	DOURADOS /MS	200354 - SR/PF/MS	1	R\$ 4.528,01	R\$ 4.528,01	R\$ 108.672,35
4	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	DOURADOS /MS	200354 - SR/PF/MS	1	R\$ 9.339,35	R\$ 9.339,35	R\$ 224.144,42
5	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	Ponta Porã /MS	200354 - SR/PF/MS	1	R\$ 9.359,53	R\$ 9.359,53	R\$ 224.628,71

6	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	Ponta Porã /MS	200354 - SR/PF/MS	1	R\$ 9.359,53	R\$ 9.359,53	R\$ 224.628,71
7	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1	R\$ 7.149,92	R\$ 7.149,92	R\$ 171.598,11
8	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1	R\$ 7.149,92	R\$ 7.149,92	R\$ 171.598,11
9	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	25631	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1	R\$ 7.211,06	R\$ 7.211,06	R\$ 173.065,50
10	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	25631	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1	R\$ 7.211,06	R\$ 7.211,06	R\$ 173.065,50
11	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	18830	Foz do Iguaçu /PR	200366 - DPF/FIG /PR	1	R\$ 11.557,37	R\$ 11.557,37	R\$ 277.376,79

8.12. A composição desses valores resultou num valor anual total de **R\$ 2.283.137,77** (*dois milhões duzentos e oitenta e três mil cento e trinta e sete reais e setenta e sete centavo*) para um contrato de 2 anos.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares (CBO 9144-05) - Dourados/MS

Nº Processo: 08059.000308/2024-77 - DITEC/PF

LICITAÇÃO Nº: ____/2024
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2024 às horas (Horário de Brasília/DF)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	____/____/2024
B	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINTICOP-MS 2023
C	Nº de meses de execução contratual	24
D	Data base da categoria	01/05/2024

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	Percentual (R\$)	Valor (R\$)
A	Salário-Base (CLÁUSULA 3 CCT-2023 SINTICOP/MS)		R\$ 3.042,60
B	Adicional de Periculosidade (Laudo Local)	30%	R\$ 912,78
Total			R\$ 3.955,38

Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) adotada.

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)

A	13º (décimo terceiro) Salário. Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17	8,33%	R\$ 329,48
B	Adicional de Férias. Obrigatória a cotação de 2,78% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração.	2,78%	R\$ 109,96
Total			R\$ 439,44

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições							
(Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1)							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS					20,00%	R\$ 878,96
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 109,87
C	RAT x FAP Cálculo do valor: % do SAT x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)	RAT =	3%	FAP =	1,0000	3,0000%	R\$ 131,84
D	SESC ou SESI					1,50%	R\$ 65,92
E	SENAC ou SENAI					1,00%	R\$ 43,95
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 26,37
G	INCRA					0,20%	R\$ 8,79
H	FGTS					8,00%	R\$ 351,59
Total						36,8000%	R\$ 1.617,29

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTxmédia dias úteis ano) – (6%xSB)] Neste caso não compensa		0
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:	R\$ 3,25	
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2,00	
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	21,25	
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base	6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = [(média dias úteis ano x VA)		281,66
	B.1) Valor do auxílio-alimentação (Cláusula 11a, CCT 2023 SINTICOP/MS) Desconto 1% (R\$ 284,50)	R\$ 284,50	-
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	21,25	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação	1,00%	
C	Assistência Médica e Familiar		0,00
D	Assistência Odontológica		0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		0,00
	Total		281,66

Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 439,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.617,29
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 281,66
Total		R\$ 2.338,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	% sobre REM	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado API. % API $(1/12 \times 0,05 \times 100\%) = 0,42\%$	0,42%	R\$ 16,48
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado. % FGTS sobre API. $8\% \times 0,42\% = 0,03\%$	0,03%	R\$ 1,33
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado. $= (((1 + 2/12 + (1/3 \times 1/12)) \times (0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times 100\%))) = 3,44\%$	3,44%	R\$ 136,07
D	Aviso Prévio trabalhado APT = $(07/30)/12 \times 100 = 1,94\%$. NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% $(1,94/30 \times 3)$ apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados. Acórdão 1186/2017 - Plenário	1,94%	R\$ 76,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado $(36,80\% \times 1,94\%) = 0,71\%$	0,71%	R\$ 28,24
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e sobre o Aviso Prévio Indenizado. $(0,08 \times 0,0194 \times 0,4 \times 100\%) = 0,062\%$	0,062%	R\$ 2,46
TOTAL		6,61%	R\$ 261,48

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.						
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): $BCCPA = \text{MÓDULO 1} + \text{MÓDULO 2} + \text{MÓDULO 3} -$ exceto o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS						
MÓD 1 =	R\$ 3.955,38		MÓD 2 (sem VA e VT) =	R\$ 2.056,73	MÓD 3 =	R\$ 261,48
						R\$ 6.273,59

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	% sobre REM	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias.(1/12) 1 remuneração (Mód.1) dividida por 12 = 8,33%	8,33%	R\$ 329,62
B	Substituto durante ausência por doença. $(5/30/12)*100\% = 1,39\%$	1,39%	R\$ 54,94
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade. $(5/30/12)*0,015*100\% = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,82
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho. $(1/12)*0,0178*100\%/2 = 0,07\%$	0,07%	R\$ 2,93
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade. % Custo Estimado (CEST) = $11,11\% \times 5,28\% \times 50\% = 0,29\%$	0,29%	R\$ 11,60
F	Substituto na cobertura de Ausência Legais. $(1/30/12)*100\% = 0,28\%$	0,28%	R\$ 10,99

	TOTAL	10,39%	R\$ 410,90
--	--------------	---------------	-------------------

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada		
4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 410,90
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
Total		R\$ 410,90

Módulo 5 – Insumos Diversos		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		R\$ 0,00

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
	BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)	-	R\$ 6.966,14
A	Custos Indiretos	5,21%	R\$ 362,94
	BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)	-	R\$ 7.329,08
B	Lucro	9,27%	R\$ 679,41
	BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)	-	R\$ 8.008,49
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos Federais (especificar)	-	-
	a) Cofins(depense do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real)	7,60%	R\$ 709,79
	b) PIS(depense do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real)	1,65%	R\$ 154,10

c) IRPJ-Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
d) CSLL-Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
a) ISS Foz do iguaçu/PR	5,00%	R\$ 466,97
Total		R\$ 2.373,21

Percentual Total e Valor Total de Tributos	14,25%	R\$ 1.330,86
Cálculo dos Tributos	Base de Cálculo para os Tributos	
	= (-----) x Alíquota do Tributo	
	1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)	

Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.955,38
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.338,39
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 261,48

D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 410,90
E	Módulo 5 - Insumo Diversos	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 6.966,14
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 2.373,21
Valor Mensal por Empregado		R\$ 9.339,35

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação pretendida trata-se serviço terceirizados de auxiliar de laboratório de perícias forenses, com **12 postos a serem locados em 04 estados (BA, PA, MS, PR) em 05 UG diferentes (200346, 200386, 200354, 200364 e 200366).**

9.2. Foi adotado o parcelamento da solução, considerando a localização onde serão executados os serviços e a Unidade Gestora responsável.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÕES	LOCALIDADE	UASG	QUANT.
	1	TÉCNICO CONTABILIDADE (CBO 3511-05)	JUAZEIRO/BA	200346 - SR/PF/BA	1
	2	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE (CBO 3212-10)	Santarém/PA	200386 - SR/PF/PA	2
01 MS	3	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	DOURADOS/MS	200354 - SR/PF/MS	1
	4	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	DOURADOS/MS	200354 - SR/PF/MS	1
		TÉCNICO EM MECÂNICA DE			

	5	AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	Ponta Porã/MS	200354 - SR/PF/MS	1
	6	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	Ponta Porã/MS	200354 - SR/PF/MS	1
02 PR	7	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1
	8	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	GUAÍRA/PR	200364 - SR/PF/PR	1
02 PR/FOZ	9	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS (CBO 9144-05)	Foz do Iguaçu/PR	200366 - DPF/FIG/PR	1
	10	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AUTOMOTORES A DIESEL, exceto tratores (CBO 9144-25)	Foz do Iguaçu/PR	200366 - DPF/FIG/PR	1
	11	TÉCNICO QUÍMICA (CBO 3111-05)	Foz do Iguaçu/PR	200366 - DPF/FIG/PR	1

- Os itens 01 e 02 serão licitados individualmente, sendo cada um para uma UG e Estado diferente **(200346/BA) e (200386/PA)**.
- Os itens 03, 04, 05 e 06 serão reunidos no grupo 01, destinado à **UG 200354/MS**.
- Os itens 07 e 08 serão reunidos no grupo 02, destinado à **UG 200364/PR**.
- Os itens 09, 10 e 11 serão reunidos no grupo 03, destinado à **UG 200366/Foz da Iguaçu /PR**.

9.3. O agrupamento por UG e localidade possibilita economia de escala e aumenta a concorrência, uma vez que a possibilidade de contrato com um valor mais significativo se torna mais atraente para as empresas do segmento.

9.4. Além disso foi levado em consideração o mercado fornecedor e a contratações anteriores, já que a contratação nesses moldes assegura: ser técnica, economicamente viável e mais vantajosa.

9.9. Ressalta-se que a divisão do objeto não representa a perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação pretendida trata-se serviço de terceirização de mão de obra, não havendo contratações correlatas, uma vez que a contratação não se interliga com outra prestação de serviços. Também não haverá contratações interdependentes, uma vez que não há nenhum outro objeto que precise ser contratado para que haja a completa prestação dos serviços pretendidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Este tipo de contratação está alinhado com Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027 e com o Plano Tático-Operacional da DITEC/PF, objetivo **01**, KR **1.5.1.1**.

11.2. O serviço de auxiliar de laboratório de perícias forenses foi incluído no PAC 2022, item 1062. Entretanto, dos 50 itens planejados apenas 39 (trinta e nove) foram adjudicados. Os 11 (onze) itens restantes foram incluídos extemporaneamente no PAC/2024 da DITEC/PF, com o Código no **PGC DA UASG: 200406-6/2024**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de efetividade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se:

- Aumento da produtividade de algumas áreas da criminalística, devido ao direcionamento das atividades desenvolvidas pelos Peritos Criminais Federais com foco na elaboração do laudo pericial, reduzindo atividades acessórias de suporte e manutenção dos laboratórios;
- Economicidade na otimização dos recursos humanos;
- Melhoria das atividades de suporte para manutenção dos laboratórios envolvidos na terceirização;
- Garantia de manutenção dos laboratórios em plena produtividade devido à permanente execução das atividades rotineiras de suporte, como suprimento de materiais e equipamentos adequados às necessidades dos exames periciais;
- Conservação dos equipamentos em funcionamento adequado, por meio da realização dos necessários ajustes, limpeza interna, manutenções preventivas, entre outros, evitando a indisponibilidade do uso dos equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual; Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definições dos locais onde serão disponibilizados os postos de serviços; Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.
- Não haverá necessidade de adequação do ambiente laboral.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. Será dada prioridade para a contratação de empresa que adote critérios e práticas de sustentabilidade, conforme abaixo:

- geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- conscientização de seus empregados quanto às boas práticas ambientalmente sustentáveis, como:
- adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis;
- adequado descarte de resíduos dos laboratórios;
- racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- redução de produção de resíduos sólidos.

14.3. Como se trata de fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva para executar os serviços de auxiliar de laboratório de perícias forenses, quando da execução dos serviços a empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe à mão-de-obra empregada no âmbito da Polícia Federal, seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

14.4. Dessa forma, considera-se que a presente contratação não apresenta impacto ambiental negativo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE

15.2.1. Esta equipe de planejamento declara viável a contratação tendo em vista a grande demanda de solicitações periciais, numericamente desproporcionais à entrada de novos PCFs, em muitas áreas, situação que tem causado um descompasso temporal entre o pedido e o seu efetivo atendimento. Desta forma, há um óbice ao cumprimento do prazo legal estabelecido no parágrafo único do artigo 160 do Código de Processo Penal. Isto posto, a contratação dos serviços de apoio técnico ora pleiteados, para auxiliar a perícia em atividades acessórias aos exames periciais, seria possível aumentar a produtividade de algumas áreas da criminalística, tendo como consequência imediata a otimização dos recursos na elaboração do laudo pericial e um maior cumprimento dos prazos legais estabelecidos.

15.3. PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES

15.3.1. Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submetem a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site www.comprasnet.gov.br e no site www.pf.gov.br.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

WALVERNACK BESERRA

Integrante da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/04/2024 às 11:24:09.

ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Integrante da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/04/2024 às 09:48:14.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente

EMERSON SANTOS DE LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 12/04/2024 às 09:58:37.